

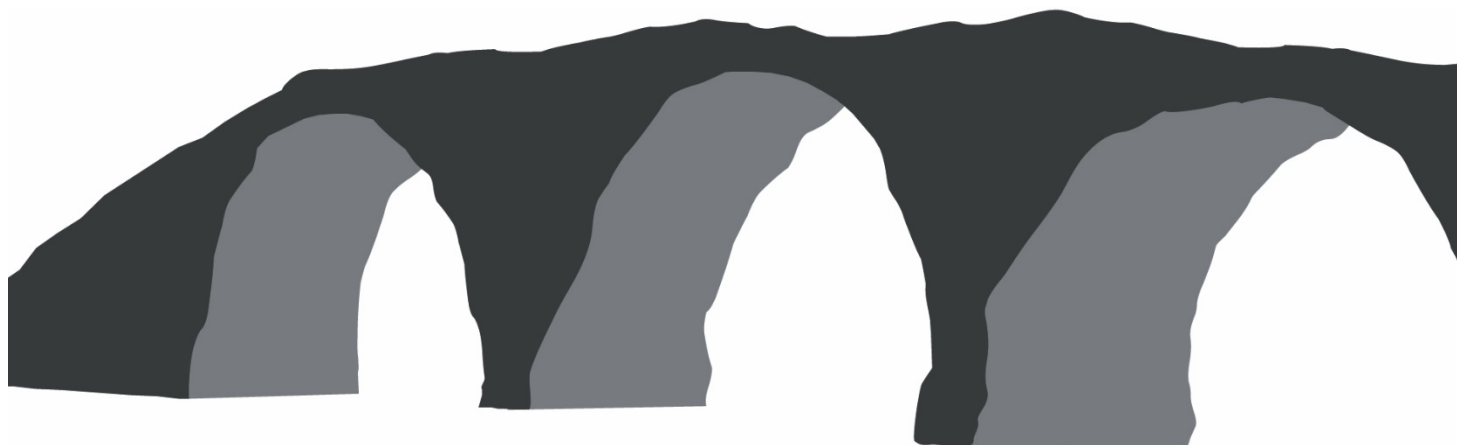
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 17 | Número 2 | Julho – Dezembro 2023  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

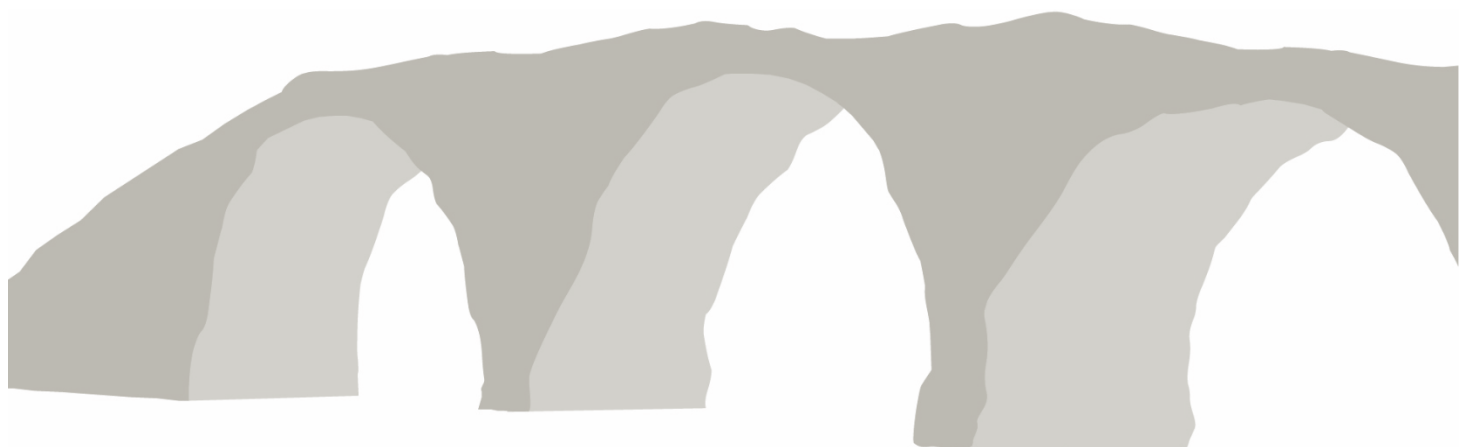
**ARQUEOLOGIA E COLONIALIDADE NO SÉCULO XXI: PERSPECTIVAS A  
PARTIR DE UM MUSEU NO PIAUÍ**

**ARQUEOLOGÍA Y COLONIALIDAD EN EL SIGLO XXI: PERSPECTIVAS  
DESDE UN MUSEO DE PIAUÍ**

**ARCHEOLOGY AND COLONIALITY IN THE 21<sup>st</sup> CENTURY: PERSPECTIVES  
FROM A MUSEUM IN PIAUÍ**

Grégoire van Havre





*Submetido em 06/10/2022.*

*Revisado em: 13/02/2023.*

*Aceito em: 03/03/2023.*

*Publicado em 31/07/2023.*

# ARQUEOLOGIA E COLONIALIDADE NO SÉCULO XXI: PERSPECTIVAS A PARTIR DE UM MUSEU NO PIAUÍ

## ARQUEOLOGÍA Y COLONIALIDAD EN EL SIGLO XXI: PERSPECTIVAS DESDE UN MUSEO DE PIAUÍ

### ARCHEOLOGY AND COLONIALITY IN THE 21<sup>st</sup> CENTURY: PERSPECTIVES FROM A MUSEUM IN PIAUÍ

Grégoire van Havre<sup>1</sup>

---

#### RESUMO

A Colonialidade é um tema novo em Arqueologia. Traz questionamentos quanto às teorias e às metodologias que são aplicadas, no âmbito das universidades, da administração pública e das empresas privadas. Insere as discussões num panorama global, no qual relações de poder construídas durante o período colonial perduram em comportamentos e ideias atuais. Refletir a partir das margens significa também reconhecer que a trajetória social e histórica do Piauí ocupa um lugar relevante para trazer novos elementos para o debate. Neste trabalho, investigamos a intersecção de duas agências que, apesar de se recusarem em admitir, compartilham muitos traços. Em particular, identificamos como a articulação entre o raciocínio transcendental hierárquico, próprio da Arqueologia acadêmica, e o método de amostragem por sondagens, adotado na Arqueologia preventiva, se retroalimentam para produzir os vestígios de um passado baseado em ocupações densas e padronizadas. Outras formas são invisibilizadas.

**Palavras-chave:** arqueología, colonialidade, Piauí.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí. E-mail: [gvanhavre@gmail.com](mailto:gvanhavre@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8897-1025>.

RESUMEN

La Colonialidad es un tópico nuevo en Arqueología. Nos lleva a cuestionar teorías y métodos aplicados por las universidades, la administración pública y el sector privado. Nos conduce asimismo a discutir la Arqueología a nivel global, donde las relaciones de poder construidas durante el período colonial impactan todavía en los comportamientos e ideas presentes. Pensar desde los márgenes significa también admitir que la trayectoria social e histórica del Estado de Piauí es un lugar significativo desde y hacia donde nuevos elementos pueden surgir en el marco de este debate. En esta investigación, observamos la intersección de dos agencias que tienen mucho en común a pesar de negarse a admitirlo. En particular, identificamos cómo la articulación entre el pensamiento jerárquico trascendental, propio de la Arqueología académica, y el muestreo de pozos de prueba, adoptado por la Arqueología CRM, se retroalimentan para producir los restos de un pasado basado en ocupaciones densas con patrones específicos. Otras formas se vuelven invisibles.

**Palabras clave:** arqueología, colonialidad, Piauí.

ABSTRACT

Coloniality is a new theme in Archaeology. It leads us to question theories and methods applied by the universities, by the public administration, and by the private sector. It brings us up to discuss Archaeology at a global level, where power relations built during the colonial period still have an impact on present behaviors and ideas. Thinking from the margins also means admitting that the social and historical trajectory of the State of Piauí is a meaningful place in bringing new elements to this debate. In this research, we look at the intersection of two agencies which, while they refuse to admit, have a lot in common. More particularly, we identify how the articulation between transcendental hierarchical thinking, proper to academic Archaeology, and test-pit sampling, adopted by CRM Archaeology, feed back each other to produce the remains of a past based on dense and patterned occupations. Other forms are made invisible.

**Keywords:** archaeology, coloniality, Piauí.

Em agosto de 2020, foi transmitida ao vivo o evento “Maracá – Emergência Indígena” (APIB, 2020). O conceito de emergência tem duas definições: por um lado, é sinônimo de urgência; por outro lado, se refere a um fenômeno ou comportamento novo, diferente. Em ambos os casos, dado contexto leva à necessidade de redefinição. A emergência é também um tema relevante para a pesquisa arqueológica, outrora caracterizado como mudança – um termo neutro e desprovido de contexto. Procuramos aqui abordar o contexto no qual trabalhamos e, a partir das margens do Piauí, apontar para alguns elementos que sugerem a necessidade de redefinição.

Para introduzir esta questão no debate arqueológico, partimos do entendimento presente sob diversas formas no pensamento latino-americano sobre a continuidade de estruturas coloniais depois das independências políticas ocorridas durante os séculos XIX e XX. Dois grandes conceitos caracterizam este fenômeno como colonização interna (Casanova, 1965; 2007) e colonialidade (Quijano, 1992). O primeiro foi formulado dentro da crítica marxista para salientar a perpetuação e a reprodução de mecanismos de dominação imperialista pelas sociedades independentes sobre elas mesmas. O segundo, oriundo dos estudos pós-coloniais e subalternos, aponta para a posição destas mesmas sociedades independentes na estrutura hegemônica do moderno sistema-mundo. Ambos os conceitos, portanto, se referem ao mesmo processo, mas há uma distinção em termos de agência: a colonização interna é um processo endogênico, enquanto a colonialidade é um processo exogênico (ver as críticas em Ballestrin, 2017).

A Arqueologia se insere neste tema em dois aspectos. Por um lado, ela é praticada por indivíduos envolvidos nas sociedades às quais pertencem. Originalmente limitada à membros de instituições museológicas e acadêmicas, majoritariamente homens brancos, ela ganhou no final do século XX um novo ramo caracterizado pela atuação no processo de licenciamento ambiental, o que levou ao aparecimento de novos atores empresariais. Por outro lado, enquanto ciência voltada para o estudo material do passado, está profundamente ligada às questões culturais descritas por Franz Fanon (sobretudo Fanon, 1961, p. 214-261). Ao mesmo tempo, é voltada para uma alteridade que, mesmo que praticada por determinado grupo étnico, gênero ou classe social, é caracterizada, a mínima, pela distância temporal: 2022 não é mais 1922, e ainda menos 2022 antes do presente (AP).

Evidenciamos, através de um estudo de casos no Piauí, como a Arqueologia reflete o processo descrito em ambos os termos de colonização interna e de colonialidade, ou seja, um processo ao mesmo tempo endo e exogênico. Para tanto, destacamos inicialmente duas perspectivas caracterizadas por agentes e questões distintas: academia e empresas. Em seguida, propomos uma análise de tipo interseccional destinada a identificar o ponto cego no qual relegamos populações subalternizadas e marginalizadas.

O objetivo consiste em avaliar o grau de instrumentalização da Arqueologia na continuidade das estruturas coloniais. Procuramos perceber se a configuração em que se encontra hoje é o seu código-fonte ou se, alterando parâmetros, ela pode encontrar outras formas de atuar. Tentamos também delinear

melhor o papel das Instituições de Ensino e de Guarda e Pesquisa, como o Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí, neste processo.

#### COLONIALIDADE E ARQUEOLOGIA

A historiografia decolonial aponta sua origem em 1998 quando, em ruptura com o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos - GLAES (Castro-Gómez & Mendieta, 1998; Verdesio, 2005; Figueredo, 2010), foi fundado o Grupo Modernidad/Colonialidad - M/C (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007). De acordo com Ileana Rodríguez (Rodríguez, 2005, p. 56-59), a falência do GLAES veio de três fatores: primeiro, o formato de coletivos, sem uma estrutura e organização própria; segundo, o interesse reduzido para a pobreza e os pobres; terceiro, a burocracia de seus membros.

Assim, a tese principal do M/C foi posta com um necessário distanciamento de trabalhos literários e culturais embasados em Foucault, Derrida, Gramsci e Guha, dentro dos estudos pós-coloniais latino-americanos (Ballestrin, 2017). Elaborada a partir de uma perspectiva global, considera o papel central e fundador das Américas na constituição da Modernidade e, por consequência, na relação desta com a Colonialidade. Este conceito, proposto no início da década de 1990 por Anibal Quijano, se refere às estruturas globais que, embora postas durante o período colonial, com base em raça, gênero e classes, ultrapassaram os processos de independência política e perduram até hoje (Quijano, 1992). Tem, portanto, uma relação próxima com a colonização interna de Casanova; mas o acento, aqui, é posto sobre a agência externa: “A América se constituiu como primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder com vocação mundial e, dessa maneira e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade” (Quijano, 2000, p. 202, tradução própria).

Além do papel da América na constituição da Modernidade, o M/C defende também uma nova perspectiva, heterárquica, sobre a produção do conhecimento. Este conceito, originalmente proposto para redes neuronais (McCulloch, 1945), é concebido como um sistema organizado de tal maneira que nenhuma entidade se sobrepõe às outras (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 18).

A heterarquia foi trazida em Arqueologia por Carol Crumley: “A heterarquia pode ser definida como as relações entre elementos quando não são ordenados entre si ou quando têm o potencial de serem ordenados em diversas maneiras” (Crumley, 1995, p. 3). Foi depois inserida na discussão arqueológica brasileira por Anna C. Roosevelt para a região amazônica a partir da análise de novos dados empíricos e da mudança de pensamento sobre complexidade (Roosevelt, 1999; mas ver as críticas de Denise P. Schaan, 2004, p. 15-16).

Com estas mudanças, um novo consenso geral emergiu na forma de abordagens heterárquicos. Sugerem que comunidades complexas de larga escala podiam ser organizadas segundo diversos métodos não-hierárquicos e não-centralizados implantados em comunidades locais, no lugar de formas principalmente hierárquicas, impostas de cima (Roosevelt, 1999, p. 14, tradução própria).

Para entender melhor a tese central, e de forma mais coerente com o pressuposto da heterarquia, é necessário delinear diversas perspectivas que existem sobre ela. Se a Colonialidade representa inicialmente um fenômeno pós-colonial, na sequência do Colonialismo, o grupo propõe considerar a origem de sua constituição na chegada de Cristóvão Colombo no Mar do Caribe. É nesse movimento para trás que se marcam algumas diferenças. Por um lado, autores descrevem um desenvolvimento iterativo da Colonialidade dentro da constituição do moderno sistema-mundo (no sentido de Wallerstein, 1974) e que culmina na segunda metade do século XIX, período também apontado por Hannah Arendt na sua análise das origens do totalitarismo (Arendt, 2007 [1951]). Por outro lado, outros sugerem uma equivalência imediata, como condição *sina qua non*, entre Ocidente e Colonialidade, logo a partir de 1492 (Mignolo, 2007; Silverblatt, 2004).

Além da questão da cronologia, a abordagem decolonial considera também que não há distinção entre o desenvolvimento do sistema-mundo, nos seus termos geohistóricos, e o surgimento da racionalidade moderna. Ambos os processos estão imbricados, inseparáveis. Esta perspectiva permite reconsiderar a análise de Julian Thomas em *Archaeology and Modernity* (Thomas, 2004). Neste trabalho, o autor estuda o seu desenvolvimento em relação à formação de uma modernidade puramente filosófica. Caracteriza muito detalhadamente o conjunto de ideias e de mudanças conceituais que levaram aquilo que chama de sociedade ocidental a passar de uma curiosidade para os objetos antigos para o seu estudo sistemático dentro de um novo entendimento sobre a humanidade: “Temos defendido que a Arqueologia parece estar casada com as noções de materialidade, de mente, de identidade pessoal, de natureza e de história que caracterizaram a era moderna” (Thomas, 2004, p. 223, tradução própria).

A leitura do livro, no entanto, cria a impressão de um sistema europeu fechado, no qual tudo está organizado internamente e narrável de forma lógica. Os conceitos viajam entre Inglaterra, França ou Escandinávia, e evoluem lentamente até o final do século XIX, quando nasce a Arqueologia. O colonialismo, e o resto do mundo de forma geral, aparecem em raros trechos, como acessórios à narrativa. Neste sentido, *Archaeology and Modernity* incarna o conceito de eurocentrismo. A crítica decolonial, aqui, aponta para a relação existencial, a nível de ontologia, que existe entre o sistema colonial e o corpus de ideias que Thomas chama de modernidade filosófica.

Sem o conceito de Colonialidade, e a constituição da Modernidade sobre as bases coloniais, as propostas contra-modernas de Thomas perdem vitalidade. Introduzir relações democráticas na prática arqueológica, centralizar a interpretação sobre a experiência sensível em campo são, com certeza, aspectos urgentes e fundamentais. Uma utilização acrítica das tecnologias da informação é completamente cega e amplia as desigualdades preexistentes. Elevar, no entanto, a experiência de uma escavação provinciana num verdejante condado inglês (no sentido de Chakrabarti, 2009) em nível de referência para o planeta inteiro é também uma proposta acrítica.

Em ambas as perspectivas, no entanto, a Arqueologia se insere no debate enquanto instrumento da Modernidade e da Colonialidade. Desenvolvida na Europa, a ciência arqueológica procedeu através da expropriação e da exposição de diversas formas materiais de *ser-no-mundo*, obtidas com metodologias invasivas, políticas, sociais, econômicas, mas também tecnológicas.

Durante a primeira metade do século XIX, e por um longo tempo depois, a escavação era principalmente interessada na descoberta rápida daquilo que estava escondido num monte, tell, ou pirâmida, e na aquisição de obras de arte para decorar os museus e as coleções privadas da Europa. O próprio [Austen Henry] Layard descreveu o seu objetivo na escavação de Nimrud como “obter o maior número possível de obras de arte bem preservadas no menor tempo e gasto possível”, e [William Kennett] Loftus admitiu abertamente com as mesmas palavras que, ao trabalhar em Warka, ele estava movido por “um desejo nervoso de encontrar grandes objetos importantes para museus no menor tempo e gasto” (Daniel, 1950, p. 152, tradução própria).

Estas formas materiais foram interpretadas e dispostas em instituições museológicas numa hierarquia que culminava invariavelmente na sociedade moderna europeia. Procurava assim demonstrar materialmente a superioridade evolutiva de sua própria trajetória e dar, por esta via, toda uma estrutura de legitimidade moral e material ao processo colonial.

Numa primeira leitura, torna-se necessário rever por completo a ideia mesmo de Arqueologia enquanto estudo do passado. Todas as teorias e as metodologias, sem falar das tecnologias, produzidas desde o século XIX, estão enraizadas na Colonialidade. Devemos considerar que, por algum acaso, o próprio contexto geo-histórico local da Europa, e das primeiras cidades antigas que foram saqueadas, no Iraque ou no Egito, tornou particularmente propícia à remontagem por pacotes estratigráficos e por sequências de identidades e territórios, baseada em objetos distintos. Replicar este sistema em outro lugar do mundo, no entanto, assume que este contexto é generalizável em escala planetária. Ao avançar sem questionamento, a Arqueologia impõe um contexto particular, provincial, como um fenômeno de validade universal. Ao proceder desta maneira, ela se insere na dependência do arcabouço de exploração sistemática com bases racial, sexual, econômica e militar desenvolvido e atualizado na Colonialidade.

Uma segunda leitura não desconsidera a relação de proximidade entre Arqueologia e Colonialidade, mas introduz um elemento adicional na produção do conhecimento. A instrumentalização da razão, tema recorrente no pensamento pós-colonial e decolonial, foi inicialmente descrita por Max Horkheimer em *Eclipse da Razão* (Horkheimer, 2007 [1947]). Nesta obra, Horkheimer distingue a razão objetiva, universal, da razão subjetiva, modo ou mecanismo cognitivo que torna, por exemplo, um defensor dos direitos humanos capaz de apoiar a escravidão, quando é do seu interesse particular: “A razão subjetiva se conforma a qualquer coisa. Pode se prestar ao uso tanto dos adversários quanto dos defensores dos tradicionais valores humanitários” (Horkheimer, 2007, p. 30).

A Teoria Crítica, da qual Horkheimer é um dos fundadores junto com Adorno, na Escola de Frankfurt, parte do princípio que razão objetiva e razão subjetiva são dois modos distintos (Bueno, 2022). Existem desde sempre. Aponta para um movimento gradativo, dentro da história da filosofia ocidental e, portanto,



ao longo do desenvolvimento da Modernidade, do primeiro para o segundo modo. Neste, a investigação científica é progressivamente reduzida à organização, classificação e compilação de dados essencialmente caóticos, desconectando assim por completo teoria e prática, o trabalho científico e o contexto colonial. A pesquisa, principalmente nas ciências humanas e sociais, deixou de ser crítica. Deixou de enxergar como seus argumentos se tornam instrumentos dentro de um contexto geral de dominação hegemônica.

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhado pelo positivismo, enfatiza-se a sua não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônimos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. Os conceitos se reduziram a síntese das características que vários espécimes têm em comum (Horkheimer, 2007, p. 26).

Aníbal Quijano reformulou também, anos mais tarde, essa mesma distinção entre razão histórica e razão instrumental, com um predomínio global da segunda a partir do século XIX:

A crise da modernidade redefinida pelo predomínio completo da razão instrumental, corre na mesma via que a crise da sociedade capitalista, sobretudo na forma como ambas acontecem desde o fim da década de 70. E esta modernidade não deve ser defendida, com certeza, nem ser objeto de saudade alguma, ainda menos na América Latina (Quijano, 2020, p. 794, tradução própria).

Do ponto de vista da Arqueologia brasileira e da Colonialidade, esta discussão sobre o papel da razão instrumental, trazido pela Teoria Crítica, é necessária em pelo menos dois aspectos. Primeiro, não se trata de uma questão puramente teórica ou filosófica. A atualidade fornece diariamente exemplos de raciocínio subjetivo, em diversas escalas. A ideia de liberdade, por exemplo, é regularmente aproveitada para justificar a isenção de políticas de saúde, o desmatamento ou a retirada de direitos das populações indígenas, quilombolas e tradicionais ou, mais recentemente, a (re)criação de um partido nazista. A tecnologia também é instrumentalizada para produzir e disseminar falsas informações, e criar assim um ambiente social propício à adoção de medidas coercitivas adicionais. A produção de conhecimento sobre a natureza e o passado é ridicularizada para esvaziar os princípios básicos do licenciamento ambiental, mecanismo desenvolvido coletivamente, em torno de Gro Harlem Brundtland, no âmbito das Nações Unidas desde a década de 1970 (Brundtland, 1987).

Segundo, o próprio pensamento decolonial não é isento de raciocínio instrumental (Atschul 2022; Asher 2013). Apesar de ter elaborado um discurso preciso sobre a Modernidade, a literatura traz pouca discussão sobre os períodos anteriores a 1492 – expressão escrita deliberadamente no plural. Somente Enrique Dussel, antes da formação do grupo M/C identificou a necessidade de estudar a trajetória histórica da América anterior à chegada dos Europeus e sem a influência destes (Dussel, 1992). Mencionou, entre outros pontos, a questão do povoamento no Pleistoceno, para a qual a Arqueologia brasileira fornece regularmente novas informações. Em obras posteriores, no entanto, Walter Mignolo (Mignolo, 2018) recorreu a um modelo baseado nos conceitos de Choque das Civilizações (Huntington, 1996) e de Idade

Axial (Jaspers, 2011 [1953]), no qual culturas e civilizações vivem em plena harmonia quando não entram em contato.

Brevemente, o ponto que formulo é que desde a época da Idade Axial até 1500, o planeta era habitado por muitas civilizações, que faziam trocas e comércio entre si, faziam construções impressionantes, contavam histórias, faziam matemática, regeneravam a espécie humana, e se lançavam em numerosos outros projetos, na sua própria civilização local, mas nenhuma estava invadindo outras. Havia organizações domésticas hierárquicas em todas elas, porém sem expansão interferindo em outras civilizações. A ordem planetária foi, da Idade Axial até 1500, uma ordem mundial policêntrica e não-capitalista. Em 1500, uma civilização emergiu, a civilização Ocidental, que começou a invadir, usurpar e violentar as outras civilizações (Mignolo, 2018, p. 217, tradução própria).

Nesta reconstrução, não entram expansões antes de 1492, e os eventuais poucos contatos interculturais eram amigáveis. Não houve impérios, romano, persa ou chinês; os Mongóis não destruíram Kiev, Bagdá nem Deli; a pandemia da Peste Negra não atingiu três continentes em algumas poucas décadas. Todos estes problemas apareceram somente quando uma destas entidades decidiu ultrapassar algo que seria então seu “Lebensraum”, e invadir brutalmente os seus vizinhos. A questão da existência de um sistema-mundo anterior àquele nascido da hegemonia europeia foi sintetizada por Janet Abu-Lughod (Abu-Lughod, 1989) e Philippe Beaujard (Beaujard, 2012). Mostram, entre outros aspectos, as características do sistema-mundo anterior, centrado no Oceano Índico e nas redes comerciais entre os subsistemas africanos, árabes, indianos e chineses, e no qual se inseriram os Portugueses no século XIV.

Ademais, a instrumentalização e o foco em entidades socioculturais de tipo civilizacionais, outrora chamadas de “altas culturas”, deixam as populações que ocupavam o território do atual Brasil antes de 1500 na marginalidade, do mesmo jeito que fizeram as classificações racistas da primeira metade do século XX (Holmes, 1914; Cooper, 1942). Apesar de decolonial em certa escala, portanto, esta perspectiva reproduz a Colonialidade em outra. É preciso pensar a partir das margens e, para tanto, recorrer a outras ferramentas.

#### INTERSECCIONALIDADE

A abordagem interseccional parte da constatação que a maioria das problemáticas sociais, culturais ou históricas são analisadas em termos monofatoriais. Em outras palavras, cada questão é tratada através de um único critério, um único fator. Cria-se assim uma ilusão de completude, porque cada problema é resolvido individualmente.

É uma ferramenta de análise que, a partir da observação das diferenças de experiências, exige que elas estejam tomadas em conta, que a diversidade das situações não seja mais negada, porque esta negação é sistematicamente feita em desfavor das populações mais marginalizadas pelo gênero, pela cor, classe, idade, orientação sexual, religião, ou seja, pela sua distância em relação a uma norma social e cultural, qualquer que seja sua natureza (Delanöe *et al.*, 2021, p. 14-15, tradução própria).

O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido dentro e para o movimento feminista negro norte-americano pelo Combahee River Collective nos anos 1980. Foi depois formalizado pela jurista Kimberlé W. Crenshaw (Crenshaw, 1989; 1991), que descreveu metodologicamente a invisibilidade estrutural das mulheres negras no sistema jurídico norte-americano e, mais geralmente, a invisibilidade estrutural e histórica de grupos sociais subalternizados.

Na sua análise da genealogia da interseccionalidade, Patrícia Hill Collins (Hill Collins, 2011) destaca também a sua relação com o pragmatismo, dominante na América do Norte a partir do início do século XX. Esta corrente filosófica é baseada na realidade enquanto entendimento situacional e experimental do indivíduo, distante, portanto, de qualquer realidade absoluta e externa à pessoa.

Para abordar especificamente a invisibilidade da mulher negra no aparato jurídico dos Estados Unidos, Crenshaw identifica dois eixos monofatoriais e uma zona de ausência na sua intersecção: por um lado, a questão racial tem como referente a figura do homem negro e, por outro lado, a questão de gênero tem foco na figura da mulher branca. No cruzamento destes dois eixos, está a mulher negra: não é reconhecida nem na questão racial, por não ser homem, nem na questão de gênero, por não ser branca. Enquanto ferramenta de análise, a interseccionalidade permite assim identificar grupos invisibilizados por uma estrutura analítica desenhada ao longo de eixos monofatoriais.

A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial (Lugones, 2020, p. 58).

No Brasil, a interseccionalidade também é utilizada por pesquisadoras feministas negras para estudar e identificar o cruzamento de estruturas de poder e, com elas, definir novas estratégias de engajamento (Akotirene, 2021). A necessidade de sua inserção num contexto de profunda crítica social remete aos trabalhos de Silvia Rivera Cusicanqui sobre decolonialidade (Rivera Cusicanqui, 2010).

A metodologia de Crenshaw parte da identificação de uma zona de invisibilidade estrutural com características raciais e de gênero. Trazer a interseccionalidade para uma análise da Arqueologia significa, portanto, que existe um fenômeno parecido, um ponto cego estrutural, na produção do conhecimento arqueológico. Como Maria Lugones, acrescentamos que este vazio está vinculado à Colonialidade (Lugones, 2020, p. 59). Para tanto, todavia, não partimos diretamente dos eixos monofatoriais de raça e de gênero. Para chegar a esta questão e sugerir novas abordagens, propomos um caminho alternativo.

Consideramos, para os fins da análise, que a Arqueologia brasileira está dividida em duas entidades distintas, o mundo acadêmico e o mundo empresarial. Esta divisão artificial é concebida nos termos de um essencialismo estratégico sugerido por Gayatri Spivak (McRobbie 1994): um meio de identificar determinado fenômeno ofuscado. Através da caracterização inicial destas duas entidades, podemos propôr uma investigação de suas fronteiras como locus de identidades, como proposto por Fredrick Barth (Poutignat & Streiff-Fenart 1997). O dualismo aparente se dilui no fenômeno identificado na intersecção.

A fluidez do limite entre as duas entidades é marcada por uma série de agentes. Docentes atuam em empresas e trabalhadores realizam pesquisas; Instituições de Ensino formam para a pesquisa e para o mercado; Instituições de Guarda e Pesquisa também recebem, por lei, materiais de ambas. Investigamos aqui como cada entidade produz um conhecimento voltado para certas questões. Inicialmente, a Academia esteve preocupada com o que aconteceu no passado, como, por quem. Nos últimos anos, está também se voltando para as conexões entre passado e presente, para a introdução de novos olhares, práticas e agentes sobre as materialidades (Munduruku, Munduruku & Valle, 2021; Mageste & Amaral 2022). Por pressão econômica, as empresas se concentram na identificação e na caracterização de sítios arqueológicos numa amplitude até então inalcançada. A invisibilidade nasce na fronteira e na interação dos dois, precisamente como nasceu o Piauí, entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão-Grão-Pará. Nasce da ausência sistêmica de diálogo e de crítica na atuação de um sobre o outro, e tem características de raça, de classe e de gênero.

Em última análise, sugerimos que a definição de grandes conjuntos padronizados, principal metodologia empregada no mundo acadêmico, e o método de amostragem por sondagens, principal metodologia empregada no mundo empresarial, são utilizados como universais. Para mostrar que não o são, investigamos a sua intersecção. Nela, encontramos contextos que, por um lado, não apresentam nem padronização estilística ou tecnológica – mais aptos a serem inseridos em categorias estáticas, nem sítios amplos e densos – mais aptos a serem detectados por amostragem.

Juntas, padronizações estáticas e amostragem se cruzam para formar um complexo teórico e metodológico no qual certos contextos são invariavelmente desconsiderados, marginalizados. Não produzem sítios a serem resgatados e expostos em Museus, nem categorias interpretativas dignas de serem formuladas como tradições, fases ou horizontes. As suas populações são, elas também, marginalizadas e desconsideradas.

#### EIXO MONOFATORIAL: PADRÕES ESTÁTICOS

Kyriakos M. Kontopoulos (Kontopoulos, 2006) descreve o reducionismo como uma estratégia epistêmica que reduz o todo às suas partes constitutivas e que permite, pela análise destas, reconstituir o todo. Nesta perspectiva, não há diferença entre os modos mais altos e mais baixos de organização de um sistema. Arqueologicamente, significa que, dentro de uma sociedade, todos os sítios devem refletir – pelo menos nas grandes linhas – o modo de organização do conjunto desta sociedade. Um acampamento aleatório deve, portanto, representar os outros acampamentos. As regras são definidas e reproduzidas do nível inferior ao nível superior.

Ao outro extremo, Kontopoulos aponta para a transcendência sistêmica, ou holismo, que, no contrapé do reducionismo, parte do princípio segundo o qual o nível superior (a cultura, a sociedade) define as instâncias do nível inferior (o sítio, o artefato), de maneira radicalmente dualista.

Porque, então, falamos em “transcendência”? Para enfatizar o fato que esta estratégia epistêmica, mesmo nas suas formas mais fracas de emergência extrema, insiste na total autonomia do macrossistema de alto nível, no controle e na macrodeterminação que este exerce sobre as partes e componentes inferiores (Kontopoulos, 2006, p. 23).

Kontopoulos identifica ainda duas perspectivas transcendentais que descreve em termos emergentistas e não-emergentistas. Na primeira, o macrossistema pode até emergir ao longo do tempo, mas a sua natureza é completamente distinta: as suas regras podem alterar ou cancelar princípios definidos em níveis inferiores. Na segunda, encontramos o estruturalismo e o histórico-culturalismo: há sempre uma prevalência das macroestruturas sobre os indivíduos, suas práticas e agrupamentos (Kontopoulos, 2006, p. 23-24).

Há aqui um pensamento profundo na Arqueologia brasileira, desde os modelos importados dos Estados Unidos no início do século XX até o presente. Segundo esta linha, existem grandes modos de fazer e de ser-no-mundo, sejam eles caracterizados, de fora, por ocupações marginais (Steward, 1946), ou de dentro, em termos de Tradições (Martin, 2007). Analisamos os vestígios através de grandes estruturas totais e quase intemporais – macrossistemas. Há pouca diferença, neste aspecto, entre histórico-culturalismo, processualismo e pós-processualismo: as três correntes ocupam um mesmo lugar no espectro da epistemologia proposto por Kontopoulos.

A questão da mudança em Arqueologia está imbricada na Modernidade e, portanto, na Colonialidade. Invariavelmente, o conceito é associado às sociedades modernas que adotaram uma postura de mudança contínua como forma de ser-no-mundo e se outorgaram da sua exclusividade. Logo, sociedades pré-modernas foram associadas ao inverso: ao permanecerem iguais, perdem a sua temporalidade. Neste sentido, a Arqueologia não consegue identificar mudanças porque acredita que elas não existem. Neste discurso, as mudanças são apenas epistemológicas porque concebemos o passado como imutável: a mudança deve acontecer no presente porque não existe no passado, deve ser do arqueólogo porque não pode ser do indígena.

Rachel J. Crellin (Crellin, 2020) identifica sete obstáculos para a compreensão da mudança e critica o peso do pensamento moderno nos trabalhos de interpretação dos vestígios:

1. Blocos de tempo;
2. Narrativas progressivas;
3. Narrativas teleológicas;
4. Origens e revoluções;
5. Determinismos;

6. Causalidade singular e;
7. Antropocentrismo.

Com estes sete obstáculos, a mudança é geralmente reduzida a um evento pontual e monofatorial, como uma revolução momentânea. Entre estes momentos, conceitualizamos normalidade, estase. Encontramos assim, no pensamento arqueológico, uma mistura de holismo e de reducionismo que se manifesta na definição lapsos de tempo ultraconservadores.

No fundo, criar períodos de estase interrompido por transições dinâmicas não serve à Arqueologia. Criamos caricaturas de períodos nos quais o artista pode, como o faz, enfatizar o nariz em um desenho e as orelhas em outro, demonstrando assim as suas evidentes diferenças. Caricaturas são engraçadas, e elas contam algo sobre uma pessoa, mas elas não são toda a verdade, e são geralmente cômicas. Enquanto arqueólogos, temos uma habilidade crescente em pintar imagens mais súteis (Crellin, 2020, p. 7, tradução própria).

A discussão sobre reducionismo e holismo precisa ser considerada à luz dos apelos recentes para novas epistemologias. Podemos nos perguntar se a adoção de novos olhares permite realmente passar a outras epistemologias, ou se eles reproduzem a mesma estratégia geral com outros elementos – outras estases. Aqui, defendemos que novos olhares são fundamentais, porém não suficientes para resolver a questão das invisibilidades nos registros arqueológicos (ver também as contradições apontada por Wallace, 2011).

Esta crítica não questiona a existência de regularidades. Pergunta se a busca pelo padrão estático na cultura material não está, inconscientemente, vinculada ao nosso modo atual de produção industrial; questiona se, ao mesmo tempo em que reconhecemos o artesão e a artesã como referenciais, não massificamos o produto do seu saber-fazer. Deve considerar se, em nossas reconstruções interpretativas, não procuramos os operários e as operárias de fábricas imaginárias no passado: se as escalas dos padrões arqueológicos não se tornam anacronicamente industriais ao ganharem espaços continentais.

A questão da padronização, enquanto eixo monofatorial, se coloca ali. Identificamos fases conservadoras, e reduzimos a mudança a um fenômeno de outra natureza que, por este motivo, enfrenta os sete obstáculos delineados por Crellin.

O problema, neste caso, surge quando, em frente a diversidade aparente de material, a prática arqueológica nos leva a elevar o nível de análise, a escolha dos traços e marcadores, de forma a reencontrar, a todo custo, uma estase expressa em termos de normalidade. Subimos rapidamente para a definição de horizontes, fases e tradições, na busca por um conservadorismo que é posto sem questionamento: sociedades pré-modernas são vistas como as mais estáticas. Ao proceder desta maneira, nos distanciamos cada vez mais do material, por motivos políticos, muitas vezes inconscientes.

Em certos casos, acabamos reconstruindo uma paisagem baseada em unidades que duram milênios, sem a menor dúvida de que isso seja, de alguma maneira inquestionável, um jeito indígena ou pretérito de

ser. No fundo, aceitamos a ideia segundo a qual o indivíduo é tradicional e conservador. Em outras palavras, este tradicionalismo arqueológico reproduz a Colonialidade.

#### EIXO MONOFATORIAL: AMOSTRAGEM POR SONDAGENS

O segundo eixo monofatorial trata de uma questão metodológica amplamente difundida na Arqueologia. A amostragem por sondagens ou poços-testes (PT) corresponde originalmente ao termo inglês *Test Pit Sampling* (TPS), muito praticado nos Estados Unidos no âmbito da CRM.

Este processo de amostragem envolve considerações como a escolha de uma estratégia de amostragem apropriada (crítica, aleatória, estratificada, sistemática), a definição do número de unidades de amostragem a serem realizadas (tamanho da amostra) e a quantificação da percentagem da área de estudo a ser avaliada (fração da amostra) (Lightfoot, 1986, p. 486, tradução própria).

A abertura do poço-teste, parte mais prática e impactante do método, consiste em definir áreas quadradas ou circulares de aproximadamente 50 centímetros de diâmetro a serem escavadas em níveis artificiais de 10, ou 20 centímetros, com espaçamento entre cada unidade que pode alcançar mais de 100 metros, dependendo da escolha. Em alguns casos, este método é também realizado com cavadeiras articuladas, o que tem como efeito imediato de reduzir drasticamente o tamanho e a fração da amostra, mesmo que a quantidade absoluta de aberturas permaneça artificialmente a mesma.

Historicamente, a aplicação deste método começou nos anos 1950 com o desenvolvimento de estudos de padrões de assentamentos, em projetos desenvolvidos no Vale do Mississippi e no Peru. Mais tarde, Lewis Binford (Binford, 1964) defendeu a sua aplicação no desenho de pesquisas iterativas, realizadas em várias etapas gradativamente mais precisas, numa escala regional. Esta nova abordagem teve um grande impacto sobre as pesquisas a partir de sua publicação até hoje (Wobst, 1983, p. 47-48).

Como nos Estados Unidos, está particularmente utilizada no Brasil dentro do quadro da Arqueologia Preventiva, ela mesma inserida dentro do processo de licenciamento ambiental. Na sua tese de doutorado, Astolfo Araújo defendeu a aplicabilidade deste tipo de sondagem no âmbito da Arqueologia regional. Embasou a proposta no trabalho de Nance e Ball (Nance & Ball, 1986) e sugeriu um método “que pode ser adaptado a qualquer situação onde se proceda a um levantamento sistemático” (Araújo, 2001, p. 109).

Para contextualizar a importância desta metodologia, é necessário observar cronologicamente a evolução da Arqueologia nas últimas duas décadas e, principalmente, a proporção entre os seus dois mundos. Em 2003, a razão entre autorizações concedidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para pesquisas acadêmicas e preventivas passou de 1:10 pela primeira vez. Atualmente, se aproxima de 1:60 (IPHAN, 2022). Naturalmente, nem todas as pesquisas deste último tipo recorrem exclusivamente à amostragem por sondagens, e nem o IPHAN indica explicitamente esta metodologia (IPHAN, 2015).

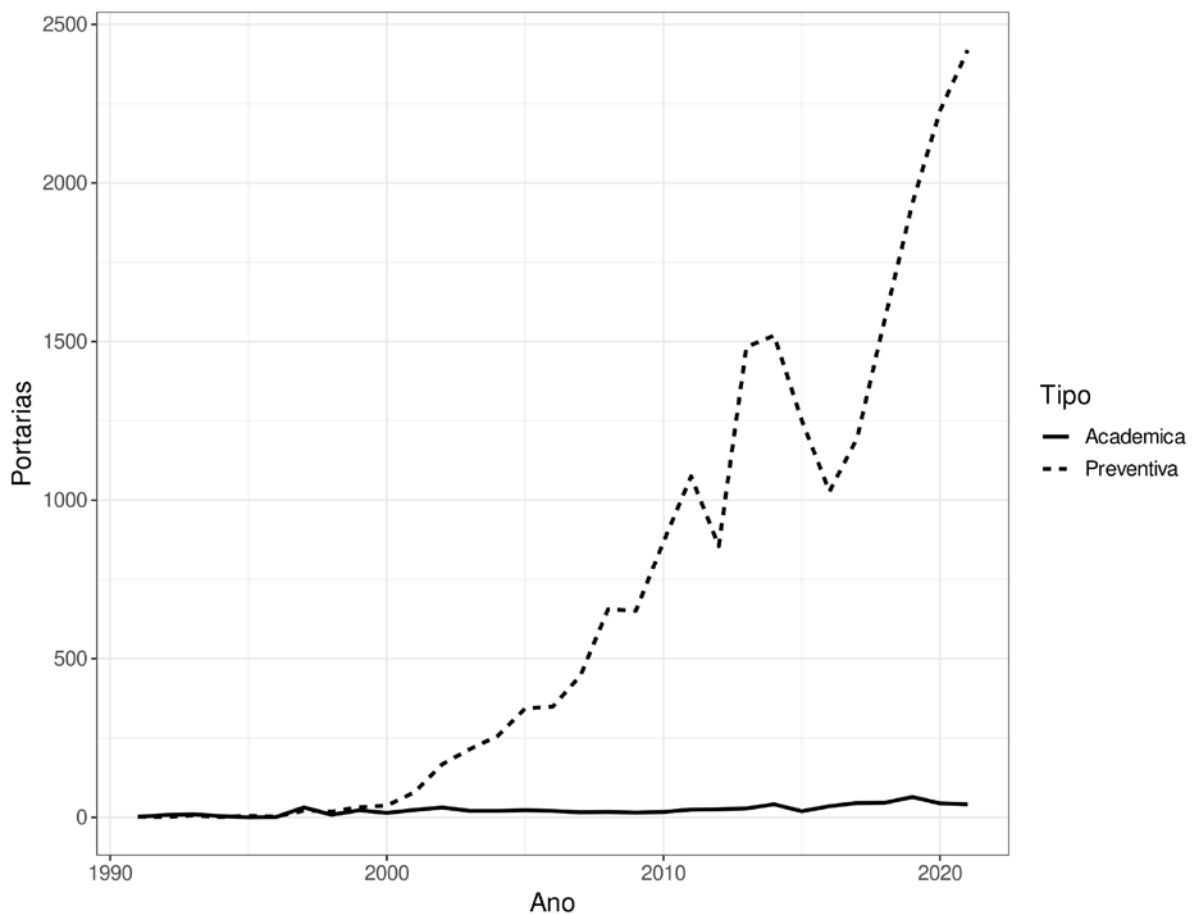


Figura 1. Evolução do número de portarias, para projetos de Arqueologia Acadêmica e Preventiva, concedidas pelo IPHAN entre 1990 e 2020.

Todavia, estudar um método de pesquisa como eixo monofatorial considera que, atualmente, a produção do conhecimento arqueológico, em termos fatuais e materiais, é majoritariamente realizada desta forma. Cabe, então, explorar mais detalhadamente as suas características.

Martin Wobst (Wobst, 1983) analisou a trajetória da prática de amostragem em Arqueologia e identificou um “viés de sítios amplos” desde, pelo menos, os anos 1960.

Falharam ao fornecer dados representativos das distribuições coletadas, e fizeram pouco para fazer avançar os métodos arqueológicos de amostragem e de prospecção. Ademais, carentes de uma lógica racional para a escavação e o acompanhamento, os arqueólogos foram incapazes de estimar a exatidão, a precisão e a consistência de seus resultados (Wobst, 1983, p. 43, tradução própria).

O trabalho de Nance e Ball sobre a aplicabilidade de sondagens em trabalhos arqueológicos foi desenvolvido em uma situação muito particular: os dados analisados provêm de 18 sítios já conhecidos e localizados em quatro estados. Como indica Schott (1989) em um comentário publicado três anos mais tarde, os autores portam sobre um problema de detecção de artefatos, quando os lugares já são conhecidos



e delimitados. De fato, os próprios reconhecem que, quando o contexto é menos importante em termos quantitativos e/ou espaciais, o método de pesquisa por sondagem se torna muito menos eficiente.

O TPS parece ser um procedimento válido e seguro para a descoberta de sítios mais amplos com densidade substancial de artefatos de superfície. À medida que o tamanho ou a presença de artefatos diminuem, o procedimento se torna menos seguro e válido enquanto método de descoberta (Nance & Ball, 1986, p. 479, tradução própria).

A detecção se refere, portanto, exclusivamente à identificação de vestígios arqueológicos em subsuperfície. Parte da suposição que o sítio existe e que, possivelmente, já foi delimitado. O conceito de interseção, por sua vez, se refere à possibilidade de uma sondagem cruzar os limites de determinado sítio ainda desconhecido. A indistinção entre os dois termos leva a Arqueologia a aplicar o método TPS em áreas nas quais há pouco ou nenhum conhecimento prévio, ou seja, a usar um método de detecção enquanto ferramenta de interseção.

Em geral, sondagens não são utilizadas para fazer amostras de distribuições arqueológicas numa região, mesmo que isso ocorra em certos casos. Em vez disso, são utilizadas para encontrar sítios, e sua aplicação é fundamentada na suposição, geralmente não assumida, de que permitirá encontrar, senão todos, a maioria dos sítios dentro de uma região estudada. É utilizada enquanto técnica de descoberta, não de amostragem, e é precisamente ali que reside o problema (Schott, 1989, p. 396, tradução própria).

Por trás desta confusão, repousam as expectativas sobre aquilo que podemos ou devemos esperar de ocupações no passado. Este imaginário foi construído dentro de um universo colonial, com base numa análise estratigráfica para a qual os grandes sítios urbanos ou em processo de urbanização, na Europa, no Oriente Próximo e no Norte da África, estavam casualmente mais bem adequados.

Em si, a crítica não questiona os princípios teóricos da estratigrafia ou da amostragem. Em geral, as coisas são, de fato, geralmente depositadas umas em cima das outras ao longo do tempo, seja este processo intencional ou não. Quando um contexto não condiz com esta sequência vertical, é porque houve alguma perturbação localmente explicável. Há também uma tendência real da materialidade em ser espalhada em diversas densidades ao redor de um ponto focal, casa ou fogueira. Entretanto, uma leitura do passado exclusivamente baseada em sondagens limite o conhecimento aos resultados de um método voltado para grandes conjuntos materiais, densos e amplos.

Partindo de um raciocínio que vê o registro arqueológico enquanto concentrações separadas por espaços estéreis, e os sítios enquanto aspecto das distribuições que deve ser caracterizado e administrado, não é surpreendente que o método de amostragem seja principalmente utilizado como instrumento de prospecção para localizar sítios, e não como um método destinado à coletar medidas apropriadas para especificar as distribuições de forma controlada (Wobst, 1983, p. 68, tradução própria).

Ao importar uma metodologia de detecção, calibrada para situações específicas, para encontrar sítios em qualquer contexto, a Arqueologia cria uma hierarquização: de um lado, estão aqueles locais que fornecem dados deste tipo, e de outro, estão aqueles onde não são detectados. Os primeiros recebem

atenção e se tornam rapidamente grandes conjuntos culturais ou civilizacionais, enquanto os segundos são relegados à simplicidade e à marginalidade.

A proposta de Araújo (2001), no entanto, envolve uma longa fase de calibração. Na tese, o autor expõe uma série de medidas destinadas à avaliação da resolução necessária para determinada questão. Mostra também que a amostragem pode ser aplicada em campo de diversas maneiras e que cada uma produz resultados diferentes – as probabilidades de intersecção com um sítio arqueológico dependem também dos padrões que são preconcebidos antes das escavações ocorrerem.

Em outros termos, a universalização de um método específico, não-calibrado, reconstrói o passado com base em sítios amplos e densos. Faz essa leitura com base em populações que, por qualquer motivo que seja, adotaram estratégias de sobreposição e adensamento espacial semelhantes àquelas encontradas no Velho Mundo. Não estranhemos que diversos espaços colonizados sejam também aqueles nos quais o método não detecta contextos claros ou importantes: as reconstituições culturais estabelecem um quadro que reforça o discurso da Colonialidade. A Arqueologia se torna assim um discurso sobre ela mesma, um raciocínio circular: narra o processo de densidade que elegeu como método de pesquisa.

Na prática, portanto, precisamos observar se esta calibração acontece, e em qual medida. Os conceitos – as expectativas teóricas – são compatíveis com o contexto? Os dados que embasam as pesquisas justificam os métodos?

#### ESTUDO DE CASO: INTERSECÇÃO NO PIAUÍ

Nesse chão de penitência, de semblantes fadigados, os elementos estilísticos e o organismo urbano tradicionais não estão nitidamente apreensíveis, sobretudo pelo ofuscamento das mazelas contemporâneas, muitas carimbadas com o selo oficial (Silva Filho, 2007, p. 19).

No imaginário coletivo, o Piauí continua um lugar quente, pobre e arrasado pelo sol. Até certo ponto, estes adjetivos se referem a aspectos reais, como mostram estudos climáticos (ver, por exemplo, a caracterização do núcleo de desertificação, no município de Gilbués: Macambira & Gomes, 2021). Historicamente, está localizado em cima da fronteira entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão-Grão-Pará. As fontes escritas dos séculos XVII e XVIII dão principalmente conta da discussão em torno de saber a qual dos dois o território da bacia do Rio Parnaíba pertence. A hegemonia do primeiro faz com que, em geral, a narrativa oficial repita a primeira intrusão por bandeirantes paulistas vindo da Bahia, seguidos por Jesuítas. O primeiro mapa da Capitania, no entanto, data de 1760 e foi encomendado pelo governo do Estado do Maranhão-Grão-Pará. Indica, no sul, “Terras que ainda se não descobriu” (Assis, 2012).

Terra Incognita, um conceito de espaço em branco no pensamento Europeu, deslegitima as relações sociais indígenas com a terra e as comunidades que surgem desta relação. Espaços em branco não apenas “orientam o imaginário geográfico”, mas fornecem também os meios para “abrir” novos territórios. [...] O “fechamento” de espaços em branco ou mapeamento de

territórios é uma estratégia destinada a limitar os direitos legais indígenas, a posse da terra, e as imaginações tribais. Significa transfigurar a terra indígena num território colonial dentro do socio-imaginário. À medida que estes territórios imaginados se tornam estados-nações liberais, as narrativas míticas de exploração e os fatos heroicos se tornam parte do terreno nacional (Goeman, 2013, sp, tradução própria).

A teoria do espaço vazio foi recuperada, na historiografia piauiense do século XX, sob um conceito semelhante ao corredor de migração, utilizado na biologia. Neste contexto, a Matriz Colonial de Poder criou um raciocínio circular, justificando a inexistência de povos indígenas por um corredor que, por sua vez, justifica a inexistência. Foi associado à caracterização, *ex-nihilo*, de povos marginais, nômades, em estado de guerra perpétua, colocando assim as instalações coloniais num papel de grande pacificador.

Nômade por natureza, sempre em busca de alimento nos rios, nas matas e nos campos, imigrando constantemente por causa das guerras contínuas, é difícil e quase impossível situar, com precisão rigorosa, o indígena no solo piauiense (Chaves, 2016, p. 44).

No Piauí, ao tempo do desbravamento de seu território, tupis e tapuias habitavam, indistintamente, o litoral e o sertão. Eram nômades, em constantes guerras tribais e correrias, à busca de regiões piscosas ou abundantes de caça (Castelo Branco, 2016, p. 61).

Hoje, que não temos mais índios no Piauí, perguntamos: será que eles não deixaram algum traço, cultural ou não, de sua presença nesta região? (Baptista, 2016, p. 174).

Estes trechos, e a pergunta de Baptista, ilustram toda a Colonialidade. Mostram como a Arqueologia no Piauí, ao escavar os objetos que contradizem toda a tese do espaço vazio, pode também se tornar uma prática crítica.

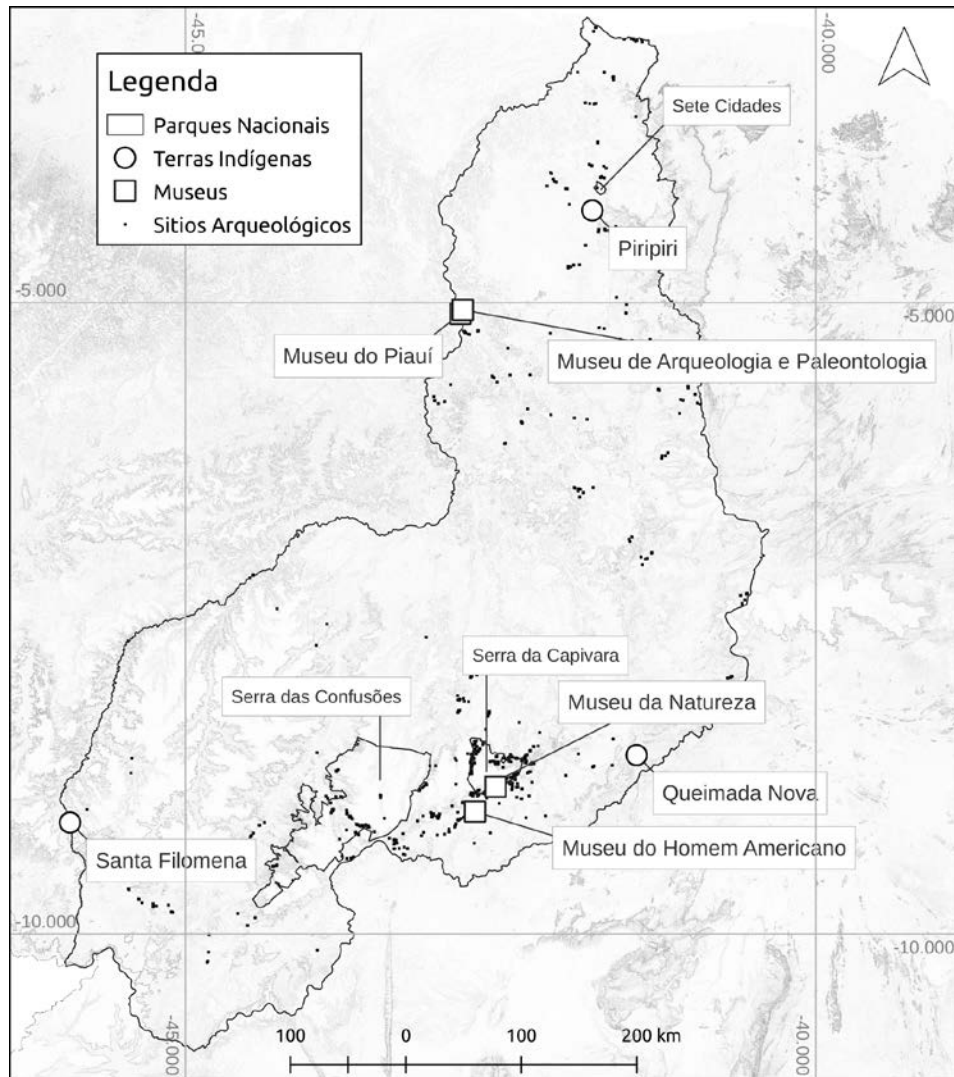


Figura 2. Mapa do Piauí destacando os locais citados nesta pesquisa (Fonte: acervo do autor).

Iniciando na década de 1970, o período recente viu a criação de dois parques nacionais (o Parque Nacional da Serra da Capivara, em 1979, e o Parque Nacional da Serra das Confusões, em 1998), dois cursos de graduação e dois programas de pós-graduação em Arqueologia (na Universidade Federal do Vale do São Francisco, em 2004 e 2019, e na Universidade Federal do Piauí, em 2008 e 2012), e quatro museus (o Museu do Homem Americano em 1986, o Museu do Piauí em 1995, o Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí, em 2013, e o Museu da Natureza, em 2018). Três Instituições de Guarda e Pesquisa reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional têm em conjunto um acervo arqueológico de milhares de peças: são “algum traço, cultural ou não”.

Este longo processo de 50 anos transparece também numa lenta mudança de orientação política ocorrida nos últimos anos. Enquanto o Governo Federal de Jair Bolsonaro anunciava que não haveria mais demarcação de terras indígenas no país (Putti, 2019), o Estado do Piauí promulgou a Lei 7.294 de 10 de dezembro de 2019 de regularização fundiária para comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Em

seguida, a Lei Estadual 7.389 de 27 de agosto de 2020 reconheceu a existência de Povos Indígenas nos limites de sua extensão territorial. O primeiro Território Indígena Kariri foi oficialmente reconhecido no município de Queimada Nova, ainda em 2020; em 2022, dois novos Territórios Indígenas foram reconhecidos: os Tabajara do município de Piripiri, em fevereiro, e os Tabajara de Nazaré, no município de Lagoa de São Francisco, em abril. Uma quarta comunidade, os Gamelas de Santa Filomena, no sul do estado, ainda pode receber o mesmo título (Segalla, 2020; Oliveira, 2020; G1, 2022; Interpi, 2022).

Na análise do primeiro eixo monofatorial, retomamos os obstáculos sugeridos por Crellin (Crellin, 2020). No Piauí, talvez mais do que em outros estados brasileiros, a questão do tempo é particularmente importante. Por um lado, o momento inicial de ocupação humana é um dos mais antigos: os contextos associados ao Pleistoceno são cada vez mais bem definidos e clarificam a presença humana no Brasil desde antes do Último Máximo Glacial (LGM). Por outro lado, dependendo da região, o período de contato direto entre populações indígenas e coloniais deve ser estendido até o século XVIII ou XIX, principalmente na área que hoje corresponde ao Parque Nacional da Serra das Confusões e suas adjacências, como identificado no primeiro mapa de 1760. A divisão clássica entre um período colonial e outro período pré-colonial perde o pouco que resta de seu sentido na medida em que coloca, em pé de igualdade, um bloco de algumas centenas de anos e outro de dezenas de milhares de anos, com um limite único entre os dois. Além da questão teleológica, também presente no debate sobre o uso do termo pré-história (ver Bueno, 2019), precisamos questionar uma categoria temporal tão ampla que perde toda e qualquer utilidade.

Esta amplitude acaba permitindo que se reproduza um modelo em estágios evolutivos: caçadores-coletores, horticultores e, finalmente, históricos. A primeira categoria é caracterizada por dois períodos geoclimáticos, Pleistoceno e do Holoceno, que podem ser refinados com a definição de estágios isotópicos. A nomenclatura muda com o início de uma fase de sedentarização e de produção de cerâmica e que perdura até o contato: as fontes coloniais atestando a existência de sociedades estruturadas na região entre os rios Parnaíba e Tocantins são geralmente de desconsideradas (mas ver Wüst & Barreto, 1999; Apolinário, 2005). A estrutura epistemológica subjacente a esta organização do tempo, portanto, permanece de tipo transcendental ou holística na classificação de Kontopoulos (Kontopoulos, 2006): os grupos são concebidos em termos de grandes tradições coletivas que, contraditoriamente, reproduzem a ideia deles viverem em estruturas acefálicas, aleatórias e isoladas umas das outras. Concebemos marginais de longa duração.

Algumas questões sem respostas denotam a nossa falta de entendimento. Na relação entre cerâmica e tecnologia lítica, por exemplo, o raciocínio arqueológico é expeditivo: o desenvolvimento de vasilhames e a adoção da mandioca eliminam, aparentemente, a necessidade de instrumentos de corte. Continuamos a tratar a indústria lítica como um fim em si, voltada para a produção do belo instrumento, quando o exemplo do ralador de mandioca indica uma mudança para a produção de lascas simples, inseridas em um

instrumento mais complexo (ver a descrição de Wallace, 2004 [1889], p. 582). Somos, no entanto, incapazes de conceber o salto tecnológico.

Reduccionismo e holismo ocupam posições extremas, mas compartilham a característica de não considerar este tipo de emergência. Kontopoulos define esta como “uma ‘agregação sincronizada’, ou seja, a formação de quase-entidades coletivas mais elevadas exibindo propriedades novas e novas estabilidades” (Kontopoulos, 2006, p. 26, tradução nossa). De acordo com ele, as duas posições supracitadas – que se combinam no pensamento arqueológico atual – não fornecem as chaves necessárias para o seu estudo. Uma das estratégias que permite integrar a emergência como fenômeno real, sem influência externa nem estrutura de poder, é a heterarquia.

[A heterarquia] envolve uma teoria dos níveis definida em termos de critérios pragmáticos de escala e complexidade, de inclusão parcial, de semi-autonomia dos níveis – determinação parcial de baixo, de cima e do nível focal, indeterminação global residual [...]. Heterarquias, sejam elas programas estruturados ou estruturas pragmáticas reais, são estruturações de níveis nos quais não há um único nível de governança; ao contrário, vários níveis exercem alguma influência sobre os outros. Isso é possível devido ao fato das heterarquias envolverem entradas, conexões e determinações múltiplas (Kontopoulos, 2006, p. 55, tradução nossa).

Esta outra definição da complexidade permite também reaproximar Arqueologia e outras ciências, desta vez pelo viés da não-linearidade (Beekman & Baden, 2005). Apesar de usarem a mesma palavra, uma diferença essencial existe na sua semântica: sistemas realmente complexos não possuem relações hierárquicas. No pensamento não-linear, aquilo que chamamos de sociedade complexa em Arqueologia é um sistema simples; aqueles que chamamos de caçadores-coletores simples formam, na verdade, um sistema extremamente complexo (ver a discussão em Fowles, 2018).

Além da questão teórica, esta abordagem indica a falta um instrumento localizado no nível mais elementar da pesquisa arqueológica. Temos técnicas bem adaptadas para a análise de recorrências e de padrões; temos também profissionais formados para a detecção e a identificação do material. O que não temos, no entanto, é um instrumento de intersecção. Em geral, o conceito é associado à prospecção, e subdividido entre prospecção de superfície e de subsuperfície. Na primeira, o caminhamento é o principal método enquanto, na segunda, os métodos já adotados para a amostragem são também utilizados (principalmente, TPS). Isso nos leva à análise do segundo eixo monofatorial.

Este foi definido como o método de pesquisa por amostragem. Para esta pesquisa, selecionamos Projetos de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) submetidos ao Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí, para emissão de um Endosso Institucional, nos termos de Instrução Normativa 001/2015. No total, 25 projetos foram analisados, contemplando pesquisas de campo desenvolvidas entre os anos de 2017 e de 2021 em todo o estado do Piauí (ver Tabela 1).

Para tanto, consideramos apenas a metodologia que fora declarada no corpo do projeto inicialmente submetido ao Museu para obtenção do endosso e, posteriormente, ao IPHAN para obtenção da portaria. Estes documentos são todos livremente acessíveis no SEI do órgão, e alguns projetos que não apresentaram todas as informações necessárias para a análise de forma clara foram descartados. Evitamos também recorrer aos relatórios, de forma a apresentar as problemáticas metodológicas tais como inicialmente concebidas e planejadas por cada ator.

Em cada projeto, portanto, registramos as informações relativas à superfície da Área Diretamente Afetada (ADA), ao número de intervenções em subsuperfície e, quando disponível, ao espaçamento mínimo entre cada uma. Observamos também o contexto geral da área do empreendimento, se é rural ou urbano. A partir destes dados, calculamos a área média contemplada por cada intervenção em subsuperfície.

Número	Espaçamento	Quantidade	Hectares	Média	Contexto
01402.000508/2021-81	16	26	0,655	251,9230769	Urbano
01402.000766/2019-42	20	36	0,936	260	Urbano
01402.000202/2021-24	20	16	0,585	365,625	Urbano
01402.000345/2020-55	30	20	1,14	570	Urbano
01402.000026/2021-21	30	30	2,52	840	Urbano
01402.000595/2021-76	30	25	2,15	860	Urbano
01402.000207/2021-57	35	77	10	1298,701299	Rural
01450.002515/2018-46	50	121	32,6416	2697,652893	Rural
01402.900019/2017-44	50	821	548,34	6678,928136	Rural
01402.000630/2019-32	100	59	76	12881,35593	Rural
01402.000319/2017-21	120	1603	2280,95	14229,25764	Rural
01402.000792/2017-17	100	402	960,45	23891,79104	Rural
01402.000164/2021-18	100	113	279	24690,26549	Rural
01402.000166/2021-07	100	115	294	25565,21739	Rural
01402.000165/2021-54	100	123	337	27398,37398	Rural
01402.000316/2020-93	100	30	88,6	29533,33333	Rural
01402.000133/2021-59	100	121	400	33057,85124	Rural
01402.000134/2021-01	100	119	400	33613,44538	Rural
01402.000133/2018-53	100	181	637,3	35209,94475	Rural
01402.000311/2019-27	100	175	666,39	38079,42857	Rural
01402.000547/2018-82	150	105	587,58	55960	Rural
01402.000047/2018-41	100	77	539,13	70016,88312	Rural
01402.000546/2018-38	200	85	597,33	70274,11765	Rural
01402.000307/2021-83	100	361	2724	75457,06371	Rural
01402.000246/2019-30	100	300	2275	75833,33333	Rural

*Tabela 1. Projetos de Arqueologia Preventiva analisados nesta pesquisa, organizados por tamanho.*

Os dados coletados mostram uma diversidade enorme entre os projetos. Geralmente realizado com cavadeira articulada, o poço-teste se torna representativo de uma área que pode oscilar de 250 a 75.000

m<sup>2</sup>. Os projetos com a menor área representativa são todos localizados em contexto urbano, o que pode ser explicado pela necessidade de abrir várias intervenções em subsuperfície, mesmo quando a área é pequena e cercada por muros. A representatividade de cada intervenção tem uma natural tendência a aumentar.

Mais problemáticos são os projetos localizados em contextos rurais. No Piauí, estes projetos são principalmente relacionados à energia (centrais solares e eólicas, linhas de alta-tensão) e à mineração. Nestes casos, a área representativa por cada poço-teste passa rapidamente dos 10.000 metros quadrados.

Na revisão da literatura sobre a questão da intersecção, Araújo (2001, p. 108-118) mostra que as probabilidades de encontrar um sítio circular com um diâmetro equivalente ou superior ao intervalo entre os poços-testes é de 78% (91% quando a malha não for ortogonal). A definição da resolução da malha constitui, portanto, um indicador daquilo que, inconscientemente, é esperado.

Os dados georreferenciados de poligonais dos sítios arqueológicos disponibilizados publicamente pelo IPHAN representam um total 3.042 áreas. São uma pequena fracção do total de sítios registrados, e todos os dados se referem ao período pós-2015. Estas poligonais não são circulares, mas, para esta análise, calculamos a sua área e representamos um círculo de tamanho equivalente, do qual podemos extrair as informações que nos interessam. Se o diâmetro mediano é de 82 metros, significa que metade dos sítios são ainda menores.

De fato, para o Piauí, os 92 sítios com poligonais têm uma mediana pouco abaixo de 80 metros. Um espaçamento regular de 100 metros entre poços-testes, como observado em dois terços dos projetos analisados, deveria, portanto, resultar em quase 80% de chances de encontrar metade dos sítios. Este resultado parece indicar que o método é relativamente coerente com o universo amostral.

No entanto, há duas críticas. Primeiro, existe uma outra fonte de dados do mesmo IPHAN que nos permite enxergar uma realidade diferente. Nas fichas de cadastro organizadas em planilhas, 447 sítios piauienses apresentam medidas de comprimento e largura. Destes, podemos extrair a superfície total e, com a mesma projeção circular, calcular um diâmetro mediano de 11 metros. Neste contexto, um mesmo espaçamento de 100 metros resulta em apenas 11% de chance de encontrar 50% dos sítios maiores. A coerência entre método e universo amostral se encontra desfeita.

A segunda crítica é relacionada com a ideia de profecia cumprida por ela mesma. Como vimos, a entrega de dados georreferenciados de poligonais dos sítios arqueológicos se tornou obrigatória a partir da publicação da Instrução Normativa IPHAN 001/2015. Nesta época, a Arqueologia Empresarial já estava consolidada e recebia a maioria das portarias emitidas pelo órgão. Já estava também aplicado em campo o mesmo método de amostragem espacial. Isso significa que as poligonais publicadas pelo IPHAN são, na sua quase totalidade, fruto de pesquisas desenvolvidas em contratos. As fichas de cadastro, ao contrário, se referem ao período total de identificação de sítios no Piauí, cujo primeiro registro data de 1970.



Esta análise aponta para um processo de autocorrelação. Os procedimentos de campo são coerentes a partir do momento em que consideram apenas a parte dos dados produzidos por eles mesmos. Entretanto, a metodologia elimina também uma série de realidades arqueológicas atestadas e orienta a produção de conhecimentos futuros em uma única direção.

## DISCUSSÃO

A análise destes eixos monofatoriais indica que a prática arqueológica tende a favorecer, pela estrutura na qual se desenvolve até os nossos dias, vestígios que refletem padronização estática e densidade espacial. São, portanto, sítios nos quais há uma contextualização estratigráfica e cronológica, além de conjuntos materiais externamente tipificados pela sua recorrência.

Os dois níveis são retroalimentados, e tem um efeito cumulativo. A adoção de um instrumento de detecção para a identificação de sítios se fundamenta no arcabouço teórico de padronização estáticas que fornece um quadro aparentemente estável. Este, em torno, é constantemente aumentado por novos dados inseridos nas suas próprias definições, por um método específico. Como este quadro é caracterizado pelos obstáculos levantados por Crellin (2020), não permite que enxerguemos mudanças. Na verdade, amplifica os problemas.

Assim, a interseccionalidade nos obriga a caminhar na direção oposta e considerar que uma série de sítios, de comportamentos e de pessoas são invisibilizados. A metodologia, como definida por Crenshaw (1989), permite identificar as estruturas que levam ao apagamento sistematizado de certos grupos sociais. Em Arqueologia, procuramos abordar os grupos sociais através da cultura material. E na intersecção da definição de padrões estáticos e do método de amostragem por sondagens, estão reduzidos ao silêncio os contextos arqueológicos e as populações sem a densidade espacial nem as padronizações esperadas.

Inconscientemente, supomos que os métodos desenvolvidos e utilizados em campo e em laboratório permitam identificar todos os contextos, quaisquer que sejam. É preciso reavaliar esta hipótese, porque, como aponta este estudo, não conseguimos. A forma com a qual trabalhamos privilegia certos tipos de sítios arqueológicos, a partir dos quais estamos remontando uma grande narrativa. Repousa, para tanto, nos modelos clássicos de complexificação por hierarquização social e estágios evolutivos (por exemplo, Salhins & Service, 1960).

A observação proposta aqui enfrenta um problema fundamental: quais são estes supostos sítios invisibilizados? A mesma questão é enfrentada por grupos sociais marginalizados na atualidade. A lógica do não-reconhecimento repousa em um raciocínio circular: como não aparecem nos registros, não existem; como não existem, não aparecem nos registros. Diferente de um grupo social, no entanto, que têm (mesmo que teoricamente apenas) como reivindicar a sua existência, os sítios arqueológicos não têm

voz própria. Dependem de uma série de atores, entre comunidades locais, arqueólogos, administração pública e instituições de guarda.

Um dos caminhos proposto na literatura consiste em apostar na diversificação crescente das abordagens em Arqueologia, de forma a permitir a definição e a inclusão de novas teorias. Embora concordemos que seja uma via imprescindível, pela trajetória resolutamente elitista seguida pela Arqueologia desde o seu surgimento no século XIX, tanto em nível teórico quanto prático, consideramos que ela não responde à questão levantada pela análise interseccional porque se concentra em apenas um dos dois eixos monofatoriais.

A interseccionalidade dos dois eixos, aqui descrita, atenta para contextos que não atendem padrões, nem espaciais, nem estilísticos e/ou tecnológicos. Consideramos que, da mesma maneira que uma metodologia de campo diferente com os mesmos padrões hierárquicos não produzirá grandes diferenças, novos padrões com a mesma metodologia terão pouco efeito prático. É necessário, portanto, pensar os dois aspectos como fenômenos imbricados, de forma a promover novas estratégias de pesquisa que não repitam as mesmas falhas estruturais.

No cruzamento destes eixos, encontramos ainda dois agentes, geralmente de natureza pública: Instituições de Ensino e Instituições de Guarda e Pesquisa. As primeiras têm, entre seus papéis, a formação de pessoas críticas, aptas a desenvolverem trabalhos em Arqueologia. O fenômeno encontrado nos projetos de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico mostra que os egressos dos cursos reproduzem mecanismos de pesquisa de forma acrítica e descontextualizada. Aplicam ferramentas calibradas para contextos alheios e aprofundam as paisagens arqueológicas do início do século XX. Trata-se de um problema grave no ensino da Arqueologia, com um enorme impacto a longo prazo. Como entender que seja defendido, repetidamente ao longo de anos, um distanciamento de centenas de metros entre cada sondagem, sem fundamentação alguma, numa região que já provou ter um patrimônio arqueológico riquíssimo? Há, certamente, uma pressão econômica para encerrar o licenciamento de forma rápida e barata. Mas há também uma falha na formação, que precisa ser reconhecida e assumida pelos corpos docentes.

Sem visão dos projetos realmente desenvolvidos por seus egressos no âmbito do mercado, as Universidades têm poucos meios de avaliar a sua atuação real. Esta responsabilidade é posta no IPHAN que, enquanto órgão responsável pela gestão do patrimônio, recebe e avalia projetos e relatórios. Alguns elementos são limitantes: o seu quadro é também oriundo das Universidades, e a sua análise deve seguir protocolos formais e argumentos de natureza jurídica: deve ser embasada numa produção bibliográfica vindo, ela também, das Universidades. Mais livres das necessidades de administração de um órgão gestor, as Instituições de Guarda e Pesquisa têm certa liberdade para acompanhar, compilar e estudar como a Arqueologia se comporta na intersecção da universidade e do mercado: recebem os projetos antes da

submissão para o IPHAN, podem emitir recomendações e, eventualmente, não endossar um projeto. Podem, através do lugar que ocupam, melhor acompanhar e questionar tendências longas na prática arqueológica.

As tendências e os questionamentos apontados neste trabalho são frutos de atuação numa destas instituições. Se é impossível exigir pesquisas de campo que considerem todos os casos individuais de sítios já encontrados como vetores para sua atuação, é necessário fundamentar-se, como sugere Rachel J. Crellin, em “imagens um pouco mais súteis”. É necessário lembrar que, no contexto brasileiro, seja antes ou depois da colonização, a intersecção tem um caráter racial. As populações hoje invisibilizadas por métodos de pesquisa calibrados para ocupações densas e padronizadas são as mesmas que foram classificadas como marginais durante a primeira metade do século XX. São as mesmas que foram procuradas por fazendeiros e bandeirantes para serem vendidas como escravas.

#### REFERÊNCIAS

- Abu-Lughod, J. L. 1989. *Before European Hegemony. The World System A.D. 1250-1350*. Oxford: Oxford University Press.
- Akotirene, C. 2021. *Interseccionalidade. Feminismos Pluriais*. São Paulo: Sueli Carneiro & Jandaíra.
- Atschul, N. 2022. The Decolonial Imperative: a Postcolonial Critique \*. In: *Gragoatá*, 27 (59), e53591.
- APIB, 2020. Agora é a Vez do Maracá. <https://emergenciaindigena.apiboficial.org>
- Apolinário, J. R. 2005. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão. As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.
- Araújo, A. G. M. 2001. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Arendt, H. 2007 [1951]. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Asher, K. 2013. Latin American Decolonial Thought, or Making the Subaltern Speak. In: *Geography Compass*, 7 (12), p. 832-842.
- Assis, N. P. D. 2012. *A Capitania de São José do Piauí na Racionalidade Espacial Pombalina (1750-1777)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Ballestrin, L. M. A. 2017. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 60 (2), p. 505-540.
- Baptista, J. G. 2016. Etno-História indígena piauiense. In: Dias, C. M. M. e Santos, P. S. (Orgs.) 2016. *História dos Índios do Piauí*. Teresina: EDUFPI, p. 111-178.
- Beaujard, P. 2012. *The Worlds of the Indian Ocean*. 2 volumes. Cambridge: Cambridge University Press.

- Beekman, C. S. & Baden, W. W. (Eds.) 2005. *Nonlinear Models for Archaeology and Anthropology. Continuing the Revolution*. Londres e New York: Routledge.
- Binford, L. R. 1964. A Consideration of Archaeological Research Design. In: *American Antiquity*, 29 (4), p. 425-441.
- Brundtland, G. H. 1987. *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Geneva: Nações Unidas.
- Bueno, L. 2019. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14 (2), p. 477-495.
- Bueno, E. 2022. A crítica do mito da modernidade: da Escola de Frankfurt ao giro decolonial. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, 22, e-41429.
- Casanova, P. G. 1965. Internal Colonialism and Nation Development. In: *Studies in Comparative International Development*, 1 (4), p. 27-37.
- Casanova, P. G. 2007. *Colonialismo interno (uma redefinição)*. Buenos Aires: CLACSO.
- Castelo Branco, M. 2016. O Índio no Povoamento do Piauí. In: Dias, C. M. M. e Santos, P. S. (Orgs.) 2016. *História dos Índios do Piauí*. Teresina: EDUFPI, p. 57-74.
- Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Orgs.) 2007. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Castro-Gómez, S. & Mendieta, E. 1998. *La Translocalización Discursiva de Latinoamérica em Tiempos de la Globalización. Teorías sin Disciplinas. Latinoamericanismo, Poscolonialidad y Globalización em Debate*. Cidade do México: SMAP.
- Chakrabarti, D. 2009. *Provincialiser l'Europe*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Chaves, J. 2016. O Índio no Solo Piauíense. In: Dias, C. M. M. e Santos, P. S. (Orgs.) 2016. *História dos Índios do Piauí*. Teresina: EDUFPI, p. 35-56.
- Clastres, P. 2003. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Cooper, J. M. 1942. Areal and Temporal Aspects of Aboriginal South American Culture. In: *Primitive Man*, 15 (1-2), p. 1-38.
- Crellin, R. J. 2020. *Change and Archaeology*. Londres e New York: Routledge.
- Crenshaw, K. 1989. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. In: *University of Chicago Legal Forum*, 1, p. 139-167.
- Crenshaw, K. 1991. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. In: *Stanford Law Review*, 43 (6), p. 1241-1299.

- Crumley, C. L. 2008. Heterarchy and the Analysis of Complex Societies. In: *Archeological Papers of the American Anthropological Association*, 6 (1), p. 1-5.
- Daems, D. 2021. *Social Complexity and Complex Systems in Archaeology*. Londres e New York: Routledge.
- Daniel, G. E. 1950. *A Hundred Years of Archaeology*. Londres: Gerald Duckworth & Co.
- Delanoë, E.; Boussahba, M.; Bakshi, S. 2021. Introduction. In: Boussahba, M.,; Delanoë, E.; Bakshi, S. (Orgs.) *Qu'est-ce que l'Intersectionnalité?* Paris: Payot, p. 7-31.
- Dussel, E. 1992. 1492. *El Encubrimiento del Otro. Hacia el Origen del "Mito de la Modernidad"*. La Paz: Plural.
- Fanon, F. 1961. *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Ulisseia.
- Figuereido, C. V. S. 2010. Estudos Subalternos: uma Introdução. In: *Ráidos*, 4 (7), p. 83-92.
- Fowles, S. 2018. The Evolution of simple Society. In: *Asian Archaeology*, 2, p. 19-32.
- G1, 2022. Comunidade indígena Tabajara é a segunda a ter o território demarcado no Piauí. Portal G1, 11/02/2022. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/02/11/comunidade-indigena-tabajara-e-a-segunda-a-ter-o-territorio-demarcado-no-piaui.ghtml>
- Goeman, M. 2013. *Mark my Words. Native Women Mapping our Nation*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press.
- Hill Collins, P. 2011. Piecing Together a Genealogical Puzzle. Intersectionality and American Pragmatism. In: *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, 3 (2), p. 1-27.
- Holmes, W. H. 1914. Areas of American Culture Characterization Tentatively Outlined as an Aid in the Study of the Antiquities. In: *American Anthropologist*, 16, p. 413-446.
- Horkheimer, M. 2007. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro Editora.
- Huntington, S. P. 1997. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Interpi, 2022. Entrega de Título de Propriedade para o Território Indígena Nazaré. Instituto de Terras do Piauí, 29/04/2022. <https://portal.pi.gov.br/interpi/2022/04/29/entrega-de-titulo-de-propriedade-para-o-territorio-indigena-nazare>
- IPHAN, 2015. Instrução Normativa 001.
- IPHAN, 2022. Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU - 1991 a 2022. <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>
- Jaspers, K. 2011 [1953]. *The Origin and Goal of History*. Londres e New York: Routledge.
- Kohler, T. 2011. *Complex Systems in Archaeology*. Santa Fé: Santa Fé Institute Working Papers.
- Kontopoulos, K. M. 2006. *The Logics of Social Structures*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Lightfoot, K. G. 1986. Regional Surveys in the Eastern United States: The Strengths and Weaknesses of Implementing Subsurface Testing Programs. In: *American Antiquity*, 51 (3), p. 484-504.
- Lugones, M. 2020. Colonialidade e Gênero. In: Holanda, H. B. (Ed.) 2020. *Pensamento Feminista Hoje. Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 51-81.
- Macambira, D. M. & Gomes, J. M. A. 2021. Desertificação em Gilbués – Piauí sob a Ótica da História Ambiental. In: *História: Questões e Debates*, 69 (2), p. 155-187.
- Mageste, L. E. & Amaral, A. M. 2022. As arqueologias afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco: desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17 (2).
- Martin, G. 2007. *Pré-história do Nordeste*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- McCulloch, W. S. 1945. A Hierarchy of Values Determined by the Topology of Nervous Nets. In: *Bulletin of Mathematical Biophysics*, 7, p. 89-93.
- McRobbie, A. 1994. Strategies of Vigilance: an Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. In: McRobbie, A. *Postmodernism and Popular Culture*. Londres: Routledge, p. 119-130.
- Mignolo, W. D. 2007. Delinking. In: *Cultural Studies*, 21 (2), p. 449-514.
- Mignolo, W. D. 2018. Decoloniality is an Option not a Mission. In: Mignolo, W. D. & Walsh, C. E. *On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis*. Durham & Londres: Duke University Press.
- Munduruku, J. S.; Munduruku, E. K. & Valle, R. 2021. Muraycoko Wuyta'a Be Surabudodot / Ibararakat: Rock Art and Territorialization in Contemporary Indigenous Amazonia – the Case of the Munduruku People from the Tapajos River. In: Rozwadowski, A. & Hampson, J. 2021. *Visual Culture, Heritage and Identity Using Rock Art to Reconnect Past and Present*. Oxford: Archaeopress, p. 106-120.
- Nance, J. D. & Ball, B.F. 1986. No Surprises? The Reliability and Validity of Test Pit Sampling. In: *American Antiquity*, 51(3), p. 457-483.
- Oliveira, C. 2020. 520 anos depois, Piauí tem seu 1º território indígena reconhecido. Cidade Verde, 08/09/2020. <https://cidadeverde.com/noticias/331881/520-anos-depois-piaui-tem-seu-1-territorio-indigena-reconhecido>.
- Poutignat, P. & Streiff-Fenart, J. 1997. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Putti, A. 2019. Bolsonaro: “Enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena”, Carta Capital, 16/08/2019. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-enquanto-eu-for-presidente-nao-tem-demarcacao-de-terra-indigena/>
- Quijano, A. 1992. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. In: *Perú Indígena*, 13 (29), p. 11-20.

- Quijano, A. 2000. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. (Org.). *La Colonialidade del Saber: Eurocentrismo y las Ciencias Sociales: Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Quijano, A. 2020. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO.
- Rivera Cusicanqui, S. 2010. *Ch'ixinakax utxiwa : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Rodríguez, I. 2005. Is there a Need for Subaltern Studies? In: *Dispositio/n*, 25 (52), p. 43-62.
- Roosevelt, A. C. 1999. The Development of Prehistoric Complex Societies: Amazonia a Tropical Forest. In: *Archaeological Papers of the American Anthropological Association*, 9 (1), p. 13-33.
- Salhins, M. D. & Service, E. R. (Eds.) 1960. *Evolution and Culture*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Schaan, D. P. 2004. *The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajó Island Brazilian Amazon*. Tese de Doutorado. Universidade de Pittsburgh.
- Schott, M. J. 1989. Shovel-Test Sampling in Archaeological Survey: Comments on Nance and Ball and Lightfoot. In: *American Antiquity*, 52 (2), p. 396-404.
- Segalla, V. 2020. Como o Piauí driblou a União e demarcou sua primeira terra indígena. Brasil de Fato, 11/09/2020. <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/11/como-o-piaui-driblou-a-uniao-e-demarcou-sua-primeira-terra-indigena>
- Silva Filho, O. P. 2007. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. 3 Volumes. Belo Horizonte: Ed. do Autor.
- Silverblatt, I. 2004. *Modern Inquisitions. Peru and the Colonial Origins of the Civilized World*. Durham & Londres: Duke University Press.
- Steward, J. (Ed.) 1946. *Handbook of South American Indians*. Volume 1: The Marginal Tribes. Washington: Government Publishing Office, p. 573-574.
- Thomas, J. 2004. *Archaeology and Modernity*. Londres & New York: Routledge.
- Verdesio, G. 2005. Latin American Subaltern Studies Revisited: Is There Life After the Demise of the Group? In: *Dispositio/n*, 25 (52), p. 5-42.
- Wallace, A. R. 2004 [1889]. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Edições do Senado Federa.
- Wallace, S. 2011. *Contradictions of Archaeological Theory. Engaging Critical Realism and Archaeological Theory*. Londres e New York: Routledge.
- Wallerstein, I. 1974. *O Sistema-Mundo Moderno*. 2 volumes. Porto: Afrontamentos.

Wobst, H. M. 1983. We Can't See the Forest for the Trees: Sampling and the Shapes of Archaeological Distributions. In: Moore, J. A. & Keene, A. S. (Eds.) 1983. *Archaeological Hammers and Theories*. Londres: Academic Press, p. 37-85.

Wüst, I. & Barreto, C. 1999. The Ring Villages of Central Brazil: A Challenge for Amazonian Archaeology. In: *Latin American Antiquity*, 10 (1), p. 3-23.